

## Bolsa de Emprego | Maio de 2018

**Nome:** Sónia Alexandra Villar Libório  
**Habilitações Literárias:** 12º ano - Curso Profissional de Cozinha  
**Experiência Profissional:** Empregada de mesa e de balcão, Limpezas

**Nome:** Cassandra Milena da Silva Simões  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Logística, Operadora fabril

**Nome:** Ana Filipa de Almeida Rocha  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Animadora Sociocultural

**Nome:** Aida Maria Santos Leitão  
**Habilitações Literárias:** 6º ano  
**Experiência Profissional:** Operária fabril, Inspeccionadora de louça

**Nome:** Suse Margarida Pereira Tavares  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Operadora de caixa, Repositora, Empregada de mesa, Empregada fabril

**Nome:** Cláudio da Silva Oliveira  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Operador de Posto de Combustível, Pintor de superfícies metálicas, Operador de máquina de corte – CNC, Recepcionista

**Nome:** Ana Paula Fernandes Crispim de Gouveia  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Bancos-Caixa, Administrativa, Seguros, Atendimento ao Cliente

**Nome:** Ana Rita de Abreu Pimentel  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Matemática  
**Experiência Profissional:** Formadora, Consultora

**Nome:** Maria Pimenta  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Saúde  
**Experiência Profissional:** Laboratório Clínico

**Nome:** Andreia Sofia Duarte e Almeida  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Solicitadoria e Administração  
**Experiência Profissional:** Auxiliar de Máquina

**Nome:** Joana Ferreira Lemos de Castro Monteiro  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Direito  
**Experiência Profissional:** Jurista, Secretária de Mesa de Administração, Administradora de Insolvências

**Nome:** Pedro Alexandre Ferreira Rocha  
**Habilitações Literárias:** 6º ano  
**Experiência Profissional:** Estufador, Pedreiro, Serralheiro

**Nota:** Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional.

**Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

**A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:**  
 Fotocópias | fax | internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

**Sede:**  
 Espaço Inovação | Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

**Delegação:**  
 Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T. 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Maio de 2018



## ACIB | Actividade de Maio e Junho

Sessão de Esclarecimentos Actuação da ASAE - Em IPSS's, Cantinas Escolares e Restauração em Geral	Data 09/05	Local Oliveira do Bairro
Seminários e Workshops - 2º Ciclo de Workshops Exportação - Questões Culturais e Negócios Internacionais - Participar em Feiras Internacionais	24/05 21/06	Anadia Oliveira do Bairro
- Segurança na Construção Civil	06/06	Oliveira do Bairro
Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ACIB	30/05	Oliveira do Bairro
Formação Profissional - Língua Inglesa - Organização Administrativa da Venda - Inteligência Emocional - LinkedIn Marketing - Representante do empregador, empregador ou trabalhador designado para o desempenho de actividades de Segurança e Saúde no Trabalho - Novo Regulamento Geral de Protecção de Dados - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	10/05 18/05 18/05 18/05 21 e 23/05 28/05	Oliveira do Bairro Anadia Oliveira do Bairro Anadia Anadia Oliveira do Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).//

## ACIB | Convite para a Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ACIB

A ACIB tem a honra de convidar todos os seus associados para a cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação, que decorrerá a 30 de Maio, pelas 18h, no Auditório do Espaço Inovação, na Zona Industrial de Vila Verde, em Oliveira do Bairro.//

## Formação | Novo Regulamento de Protecção de Dados

O Regulamento Geral da Protecção de Dados (RGPD) é uma das maiores alterações de sempre à forma como deve ser realizado o tratamento de dados pessoais. Aplica-se a empresas, mas também a qualquer pessoa, organização, autoridade pública, agência ou outro organismo que proceda ao tratamento de dados pessoais. Entra em vigor no dia 25 de Maio de 2018 na União Europeia e prevalece sobre quaisquer leis nacionais.

A sua empresa está preparada?

- Tem autorização dos seus clientes para a utilização dos seus dados pessoais (número de telemóvel, e-mail, ...)?

- Tem e comunica a Política de Privacidade de dados?
- Sabe o que são dados sensíveis?
- Que implicações traz para a sua organização?
- O que deve fazer (e o que não deve fazer) na aplicação do RGPD?
- Conhece as consequências de uma má aplicação?
- Sabe que o valor das coimas poderá atingir os 20 milhões de euros ou ascender aos 4% da facturação anual global?

Para ajudar os associados na implementação do RGPD, a ACIB vai realizar uma formação

de 08h sobre este tema, onde será abordada não só a legislação referente ao regulamento, mas também aspectos práticos e do dia-a-dia que todas as empresas têm que cumprir, independentemente da sua área de actividade ou dimensão.

A formação decorre a 21 e 23 de Maio, das 14h às 18h, na Delegação da ACIB, em Anadia, no Edifício da Proximidade.

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB: 234 730 320 ou acib@acib.pt.//

## Higiene e segurança no trabalho: o que diz a lei?

As empresas têm a obrigação de garantir condições de saúde, higiene e segurança no trabalho aos funcionários.

A higiene e saúde no trabalho previne as doenças profissionais, identificando factores que podem afectar o ambiente do trabalho e o trabalhador e procura eliminar ou reduzir riscos profissionais. A segurança do trabalho previne os acidentes de trabalho, eliminando as condições inseguras do ambiente e sensibilizando também os trabalhadores a utilizarem medidas preventivas.

A higiene e segurança no trabalho é regulamentada pela Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro, que regula o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho.

Esta lei define as normas gerais de prevenção, as obrigações dos empregadores e as modalidades de organização de segurança no trabalho. A lei regulamenta ainda a protecção de grupo específicos de trabalhadores, tais como a protecção de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 62.º do Código do Trabalho, e também a protecção de menor em caso de trabalhos que sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 72.º do Código do Trabalho.

A lei aplica-se a todos os ramos de actividade, nos sectores privado ou cooperativo e social; aos trabalhadores por conta de outrem e aos empregadores, incluindo as pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos; aos trabalhadores independentes; aos serviços domésticos, quando compatível com as suas especificidades; ao trabalho prestado sem subordinação jurídica, quando o prestador de trabalho se considerar na dependência económica do beneficiário da actividade.

Compete à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) inspecionar as condições de trabalho e realizar inquéritos em caso de acidente de trabalho.

Obrigações dos empregadores

- Assegurar ao trabalhador condições de segurança e de saúde em todos os aspectos do seu trabalho;

- Zelar pelo exercício da actividade em condições de segurança e de saúde para os trabalhadores, tendo em conta os princípios gerais de prevenção;

- Garantir que a implementação de medidas de prevenção resulta das avaliações de risco associadas às diversas fases do processo produtivo;

- Fornecer informação e formação aos trabalhadores para o desenvolvimento da actividade em condições de segurança e de saúde;

- Adoptar medidas e dar instruções para que os trabalhadores possam cessar actividade em caso de perigo grave e iminente;

- Certificar a vigilância da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que estes se encontram potencialmente expostos;

- Estabelecer as medidas de primeiros socorros e de combate a incêndio e de evacuação, identificando os trabalhadores responsáveis pela aplicação;

- Organizar os meios de prevenção tendo em conta os trabalhadores e terceiros que possam ser susceptíveis aos riscos ligados à realização dos trabalhos;

- Observar as prescrições legais, gerais e específicas, de segurança e saúde aplicadas na empresa, estabelecimento ou serviço;

- Suportar os encargos com a organização e funcionamento do serviço de segurança e saúde do trabalho e das medidas de

prevenção (exames, avaliações de exposição, etc.).

Obrigações dos trabalhadores

- Cumprir as prescrições legais de segurança e de saúde e as instruções determinadas pelo empregador;

- Zelar pela sua segurança e saúde, assim como dos outros que possam ser afectados pelas suas acções ou omissões no trabalho;

- Utilizar correctamente, segundo as instruções recebidas do empregador, as máquinas, os equipamentos, os materiais e as substâncias perigosas de trabalho, assim como os meios e equipamentos de protecção colectiva e individual;

- Comunicar imediatamente quaisquer avarias e deficiências que possam originar perigo ou defeitos encontrados nos sistemas de protecção;

- Adoptar as medidas e as instruções estabelecidas para essas situações em caso de perigo grave e iminente;

- Comparecer aos exames determinados pelo médico do trabalho.

AACIB vai promover uma acção de formação, homologada pela ACT, de Representante do empregador, empregador ou trabalhador designado para o desempenho de actividades de segurança e saúde no trabalho, de 18 de Maio a 13 de Julho, no Edifício da Proximidade, em Anadia. Para mais informações e/ou inscrições, contacte o Departamento de Formação da ACIB através do telefone: 234 730 320 ou via o e-mail: [formacao@acib.pt](mailto:formacao@acib.pt)

## Convenção colectiva de trabalho

A DGERT disponibiliza no seu site ([www.dgert.pt](http://www.dgert.pt)) uma ferramenta para pesquisa de convenções colectivas de trabalho. Trata-se de uma ferramenta de pesquisa simples e acessível que permite a qualquer pessoa procurar convenções colectivas por sector de actividade económica e por área geográfica de aplicação.

Além de facilitar a identificação das convenções colectivas aplicáveis a determinado sector, permite a consulta dos textos das convenções através de uma ligação para o Boletim do Trabalho e Emprego (dispensando a duplicação de pesquisas), fornecendo ainda informação sobre o histórico de cada convenção, incluindo a identificação dos respectivos outorgantes e publicações relacionadas (por exemplo, portarias de extensão).

Esta ferramenta, desenvolvida no âmbito do programa SIMPLEX+, contribui para um acesso mais alargado à informação sobre a contratação colectiva, quer para empresas, quer para trabalhadores.

Uma convenção colectiva de trabalho é um conjunto de regras e de normas que regulam as condições de trabalho, estabelecidas por meio de um processo negocial feito entre os empregadores ou as associações que os representam (sindicatos patronais), e as associações que representam os trabalhadores (sindicatos dos trabalhadores).

A convenção colectiva de trabalho tem como finalidade a protecção dos trabalhadores, que, ao negociarem colectivamente as suas condições de trabalho, ficam mais protegidos do que se o fizessem individualmente. A convenção colectiva de trabalho é válida para todo um sector de actividade. Já o acordo colectivo de trabalho abrange apenas as empresas que assinam o acordo, bem como os seus trabalhadores.

A convenção colectiva de trabalho pode ser exercida mediante umas das seguintes modalidades:

- Contratos colectivos de trabalho, que são convenções celebradas entre associações de empregadores e associações sindicais;
- Acordos colectivos, que são convenções celebradas entre um conjunto de entidades;
- Acordos de empresa, convenções assinadas entre sindicatos e uma entidade empregadora para uma só empresa.

Cada uma destas modalidades deverá ser aplicada nas contratações colectivas por parte das empresas.

Durante a negociação de uma convenção colectiva, as partes podem definir regras próprias, independentemente do que está estipulado no código do trabalho. No entanto, há direitos inalienáveis, como, por exemplo, o direito a férias e a retribuição. Resumindo, as convenções colectivas podem estabelecer regras diferentes das estipuladas no Código do Trabalho, mas apenas em determinados aspectos.

As convenções colectivas de trabalho servem, normalmente, para regular: as relações entre os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, de forma a verificar-se que o acordo é cumprido; as acções de formação de acordo com as necessidades do trabalhador e do empregador; as regras de segurança, higiene e saúde no trabalho; a duração do acordo; os direitos e deveres de ambas as partes; os meios para a resolução de litígios e conflitos; em que consistirão os serviços mínimos em caso de necessidade.

A convenção colectiva de trabalho também protege os trabalhadores noutras situações: por exemplo, é onde se define em que circunstâncias e de que forma pode ser convocada uma greve.

## Medida Estágios Profissionais | Candidaturas até 01 de Junho

A ACIB informa que a segunda fase de candidaturas a estágios profissionais decorre até 1 de Junho de 2018

Para mais informações, aceda a <https://www.iefp.pt/>